

Luciano, da Silva- Rubens, Guimarães- Williard Fragoso (orgs)

DIREITOS HUANOS E DEMOCRACIA: história, teoria e prática. Editora FI, 2023.

70 ANOS:

MEUS CAMINHOS NA FILOSOFIA E NOS DIREITOS HUMANOS

*Dedicado a
Flamarion Tavares de Lima
e Mauro Guilherme Pinheiro Koury
In memoriam*

Acredito que a maneira melhor de agradecer às pessoas que gentilmente se dispuseram a colaborar nesta obra coletiva seja traçar um esboço autobiográfico do percurso intelectual que me levou à filosofia, aos direitos humanos e ao Brasil.

O Seminário

Meu encontro com a filosofia não foi intencional, eu não era destinado aos estudos superiores; ninguém da minha família frequentou a Universidade. Na Itália dos anos 50/60, em pleno boom econômico, as regiões mais ricas como a Lombardia, onde nasci, estavam mais interessadas que os filhos arranjassem um bom emprego e ganhassem dinheiro do que estudassem.

Meu pai e minha mãe exerciam um comércio de relógios e de joias, e queriam que os filhos continuassem essa atividade, mas ninguém seguiu o exemplo dos pais. Até que tentamos, cheguei a cursar um curso de relojoaria, mas desisti logo porque não tinha nenhuma vocação para o ofício.

Minha vocação era outra: queria ser padre católico. Nasci em uma sociedade na qual o catolicismo impregnava toda a vida, e Max Weber poderia ter muito bem escrito *A ética católica e o espírito do capitalismo*, que combinavam perfeitamente.

Tratava-se de um catolicismo “sociológico”, o processo de secularização ainda não havia se afirmado: nasciam-se católicos em uma sociedade na qual toda a vida, o tempo e o espaço eram monopolizados pela religião, como se o Iluminismo, com o seu forte anticlericalismo, nunca tivesse existido. Olhando com os olhos de hoje dá para analisar que se tratava de um mundo em extinção, era uma Igreja Católica ainda marcada pelo Concílio de Trento e pelo Concílio Vaticano I (1869-70), pela reação antimoderna de Pio IX, o Papa do dogma da Imaculada Conceição (*virgo sine labe originali concepta*), da infalibilidade do Pontífice, do *Syllabus*, a lista dos livros proibidos, e de sua postura contra tudo e contra todos, liberais, iluministas, maçãs, comunistas, socialistas.

Mas estava acontecendo algo inusitado e inesperado: o Concílio Vaticano II. Em 1958, havia sido eleito ao trono pontifício o Papa João XXIII, na convicção de que governaria pouco pela sua idade já avançada, como acontece no conclave quando não há

uma definição clara de um candidato. Seria um Papa de transição, enquanto não se definisse o candidato para o próximo conclave. Mas, para surpresa de todos, esse Papa teve uma ideia revolucionária: convocar um novo concílio, o Vaticano II, que deveria ter o principal objetivo de “aggiornare” a Igreja Católica aos tempos modernos, superando a postura meramente acusatória do Vaticano I.

Entreí no Seminário em setembro de 1965, em plena efervescência do Concílio Vaticano II, que havia se desenvolvido em 4 sessões de 1962 a 1965, presidido inicialmente por João XXIII e, a partir de 1963, por Paulo VI, Arcebispo da minha Arquidiocese. O seminário da Arquidiocese de Milão era então o maior da Europa (e talvez do mundo), contando com mais de 1500 seminaristas. Passei cinco anos frequentando o ginásio e o liceu clássico e tive minha formação filosófica, que depois completei durante quatro anos na Universidade Católica do Sagrado Coração de Milão.

Assim, durante 5 anos, eu vivi no que Erwin Goffman¹, naqueles mesmos anos, estava estudando e definindo como instituições totais (junto com o exército, as prisões, os conventos, os hospitais). O seminário não era obviamente como o hospital psiquiátrico estudado por Goffman, mas possuía algumas das características das instituições totais, pelo menos as três principais: era um internato (embora voluntário e não coacto), com uma clara distinção ou hierarquia entre um grupo dirigente (os superiores) e os subordinados, e que exigia uma forte adaptação ou ajustamento da vida pregressa às regras vigentes.

O seminário era uma instituição total no sentido literal, daquelas que tomam conta da nossa vida. Desde a manhã até a noite, o nosso tempo era marcado pelos toques da campainha e dividido entre rezar, estudar e praticar esportes: tudo minuciosamente controlado. Acordava-se de manhã cedo, inclusive no inverno, às 6:30, assistíamos à celebração da missa às 7 e o café da manhã era às 7:30. Às 8 começavam as aulas, que terminavam ao meio-dia com a refeição coletiva; depois era o período dos jogos, esportes, sobretudo vôlei, futebol e atletismo, até às 3 da tarde, período de estudo que ia até as 6 da tarde, hora da Ave Maria, com a reza do terço em latim, em duplas, pelos corredores do seminário². Jantar às 7 da noite e estudo até as 10 da noite.

Apesar do seu caráter “total”, guardo uma boa lembrança desse período, porque entrei por decisão própria e com total dedicação e entusiasmo. Devido ao Vaticano II, a instituição passava por um período de abertura e de reforma, que tornava menos rígida a disciplina e favorecia a vivência comunitária. Essa experiência marcou tanto minha vida que deixou uma herança permanente no meu modo de ser, a tal ponto que “não posso não me dizer católico”, parafraseando o título do livro de Benedetto Croce³. Deixei formalmente o seminário, mas o seminário não me abandonou nunca ... até hoje.

Foi lá que aprendi filosofia, obviamente a “filosofia cristã”, que estava em transição entre o neotomismo tradicional, renovado por Jacques Maritain e o personalismo cristão mais inovador, de um Emmanuel Mounier. Mas estudávamos todos os filósofos, desde os clássicos aos contemporâneos, incluindo Marx e os marxistas.

Foram cinco anos de grego, de latim, de literatura, de inglês, de história, de filosofia: uma formação prioritariamente humanista e menos científica, com excelentes professores que conviviam conosco no mesmo ambiente, bibliotecas fantásticas, aulas muito bem ordenadas e organizadas e uma rígida disciplina de estudos.

O método de estudo era ainda deverdor da *ratio studiorum* dos jesuítas: mais panorâmico do que monográfico: estudavam-se mais os manuais do que se enfrentava a

¹ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

² Uma das experiências humanas mais prazerosas daqueles tempos, da qual me lembro com saudade.

³ CROCE, Benedetto. *Perché non possiamo non dirci “cristiani”*. Rivista “*La Critica*”, 1942.

leitura direta dos textos. Assim, tinha-se uma visão do conjunto das épocas e das correntes de pensamento, menos o conhecimento direto das fontes. Mas com certeza aprendi um método de estudo que me serviu para toda a vida.

Não havia propriamente uma censura, mas uma seleção de textos e autores e se dava prioridade a uma leitura cristã da filosofia, como *philosophia perennis*⁴. Por exemplo, quando o professor de História percebeu (por indicação do professor de Filosofia) que a abordagem do livro que estávamos usando era o materialismo histórico, o livro foi prontamente substituído.

Apesar de estarmos isolados do mundo — literalmente, sem televisão, sem jornais, sem rádio (e sem internet!) —, o vento da “contestação global” juvenil e operária de 1968 penetrava pelos muros do seminário e acendia os debates.

Estudava-se a doutrina social da Igreja, o que havia de mais avançado naquele contexto, renovada pelas encíclicas de Paulo VI, entre elas a *Populorum Progressio* (1967)⁵, que influenciou minha opção pelo “terceiro-mundismo”, e que me levou à decisão de ir para a América Latina. O debate central era entre marxismo e cristianismo: guardo ainda o livro de Giulio Girardi, *Marxismo e cristianesimo*, todo anotado, que não era permitido no seminário⁶.

Os que denunciam, não sem razão, o papel obscurantista da religião em geral, e da Igreja Católica em particular, esquecem-se de que a Igreja, na sua longa história, nunca abandonou totalmente a relação da fé com a razão, sobretudo na tradição aristotélico-tomista e sempre cuidou para que os padres tivessem até hoje uma formação humanista, que tem como centro a filosofia, a literatura e a história.

Desde a criação da universidade, que foi o grande legado cultural que a Idade Média deixou para o mundo, a filosofia, embora entendida como serva da teologia (*ancilla theologiae*), foi prestigiada, estudada, comentada nas faculdades de artes (*facultas artium*) e de teologia; afinal o dogma cristão precisava dos conceitos da filosofia grega. Isso evitou que as tentações fundamentalistas e integralistas, que sempre estiveram presentes na história da Igreja, tornassem-se hegemônicas; o que não significa esquecer os períodos mais sombrios e terríveis da sua milenar história, como a inquisição e a perseguição aos “hereges”⁷.

A Universidade Católica de Milão

⁴ Termo adotado pelo monge Agostino Steuco em sua obra de 1540 para indicar o profundo acordo das filosofias antigas (em especial da platônica) com a religião cristã e mostrar assim e perenidade e superioridade da filosofia cristã.

⁵ PAULO VI Papa. *Populorum Progressio*. Sobre o desenvolvimento dos povos. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html

⁶ GIRARDI, Giulio. *Marxismo e Cristianesimo*. Presentazione del card. Franziskus Koenig. Assisi: Ed. Cittadella 1969 (3 ed.). Giulio Girardi estava no auge da sua carreira e do seu prestígio acadêmico: havia sido professor de filosofia teórica na universidade Salesiana de Roma, e diretor da Enciclopédia sobre “O ateísmo contemporâneo”, e havia participado do Concílio como experto ou perito de ateísmo. Nesse contexto, Girardi antecipou os tempos e pagou um preço por isso, porque em 1969 foi expulso da Universidade Salesiana de Roma, após divergências ideológicas por ter defendido a necessidade de uma colaboração entre marxistas e católicos; posteriormente foi expulso da congregação salesiana e, por fim, suspenso *a divinis*, ou seja, proibido de celebrar os sacramentos. Girardi então se tornou um dos líderes do movimento “cristãos para o socialismo”, presente na Itália e na América Latina, sobretudo no Chile, e frequentou as comunidades de base de vários países da América Latina, dialogando com os teólogos e filósofos da Teologia de Libertação.

⁷ A perseguição aos hereges foi uma das consequências mais nefastas de uma religião dogmática, que conduz à intolerância religiosa da qual a Igreja Católica se libertou só nos últimos tempos, e com grande dificuldade.

Quando saí do seminário, continuei os estudos de filosofia na Universidade Católica do Sagrado Coração de Milão, localizada em um antigo convento no centro da cidade, não longe da catedral (*il Duomo*, onde no subsolo havia sido descoberto o batistério em que Santo Agostinho foi batizado pelas mãos de Santo Ambrósio) e bem perto da Igreja românica que conservava os restos mortais do arcebispo de Milão do século IV.

Na universidade, tive a sorte de ter como professores os maiores expoentes do neotomismo italiano: o professor de filosofia teórica Gustavo Bontadini, a historiadora da filosofia Sofia Vanni Rovighi e o então jovem professor de história da filosofia antiga Giovanni Reale. Cheguei à Católica no começo dos anos setenta, quando a contestação juvenil, que havia começado em 1968, próprio nos seus claustros, já estava em refluxo dentro da universidade, e o movimento estudantil de esquerda deixava a hegemonia para os jovens do movimento integralista católico de “Comunione e Liberazione”, liderados por Don Luigi Giussani, também ele professor na Católica.

Bontadini era um velho senhor de barba, cabelos grisalhos e de postura elegante, que vinha dar aula de bicicleta. Muito afável e disponível com os estudantes, mas incutia certo temor reverencial pelo seu raciocínio rigoroso e sutil. Fazia parte de uma congregação leiga de professores consagrados, com votos de obediência e castidade, que incluía o reitor de então, Giuseppe Lazzati. Profundamente católico, pertencente ainda àquela geração do catolicismo sociológico, mas profundamente livre, havia conservado a lição do tomismo, ou seja, a distinção entre fé e razão, evitando assim o fideísmo dogmático e o racionalismo niilista. Quando os jovens de *Comunione e Liberazione*, no seu entusiasmo religioso, afirmavam que Cristo não era somente critério moral e religioso, mas também “epistemológico”!, os neotomistas como Bontadini se arrepiavam, discordando dessa forma de integralismo.

Por intermédio desses e de outros excelentes professores, estudei os grandes pensadores e as grandes correntes da filosofia, dos pré-socráticos aos contemporâneos, e assim tive um conhecimento amplo da história da filosofia; mas li mais artigos e capítulos do que livros integralmente. Essa foi uma falha da minha formação: ampla, mas pouco profunda.

Devido aos meus interesses pelo terceiro mundo, decidi defender uma tese não estritamente de filosofia, mas de antropologia cultural, que me ajudaria mais a entender as culturas outras. A tese, orientada pelo padre Guglielmo Guariglia, antropólogo, foi sobre *Il Problema della Religione Primitiva nell'Opera di E. E. Evans - Pritchard*, um dos maiores antropólogos ingleses (convertido ao catolicismo!).

Marxismo e cristianismo: o dissenso católico.

Estávamos num período de transição, da efervescência e utopia da contestação global dos anos 60, para os anos 70, os chamados “anos de chumbo” do terrorismo de direita e de esquerda.

No seminário, o nosso adversário era o comunismo ateu e materialista, o que significava uma luta ideológica para combater o marxismo-leninismo, o materialismo histórico e o materialismo dialético, que eram, segundo o cânone marxista, respectivamente, a política, a ciência e a filosofia oficial do comunismo.

Estávamos em plena “guerra fria” e a Itália era considerada pelos Estados Unidos como terra de limite com o comunismo: a Iugoslávia de Tito estava bem perto na fronteira oriental. Isso implicava que o pacto social que fundava a democracia italiana era um

pactum ad excludendum, ou seja, um pacto não declarado que proibia os comunistas de chegarem ao governo central do país.

O Partido Comunista Italiano (PCI) não foi proibido de funcionar, como aconteceu com o Partido comunista no Brasil em 1947, mas estava vigiado e controlado interna e internacionalmente. Podia ganhar nos municípios, províncias e regiões, mas não no governo central. E foi justamente em 1974/75, quando o PCI estava perto de ultrapassar a democracia cristã (*il sorpasso*), que recrudesceram os anos de chumbo, com as bombas de extrema direita (acobertadas pelos aparelhos do Estado) de um lado, e o terrorismo das brigadas vermelhas e de outros grupos de extrema esquerda do outro.

A guerra fria havia eclodido na Itália após o breve período da unidade nacional sucedido à queda do fascismo. Os comunistas, que haviam contribuído de forma expressiva na luta de libertação contra o nazifascismo (*guerra partigiana*), participaram do primeiro governo de unidade nacional, do primeiro-ministro De Gasperi (Togliatti, secretário geral do PCI, foi ministro da Justiça), do referendun de 1946, que deu a vitória à República sobre a Monarquia, e da Assembleia Constituinte que elaborou a Constituição de 1947. Mas no mesmo ano, por imposição dos Estados Unidos, foram expulsos do governo e passaram para a oposição, junto com o partido socialista.

Um baluarte fundamental na luta contra o comunismo era a Igreja católica, a principal difusora da ideologia anticomunista. Quem viveu nos anos cinquenta do após guerra, como eu, mesmo se era uma criança, lembra-se do clima de conflito que parecia uma guerra civil não declarada, mas pronta a explodir a qualquer momento. Na verdade, confrontavam-se duas “igrejas”, com credos, dogmas, dirigentes e massas e o debate político-ideológico perpassava toda a sociedade de forma apaixonante, dividindo as famílias e as amizades⁸.

Os padres nas homilias ameaçavam o inferno para quem votasse comunista e o Papa lançava uma excomunhão *latae sententiae* contra os comunistas ateus. O impacto sobre a população era muito grande e o anticomunismo lançou raízes tão profundas que sobreviveu à queda do Muro de Berlim e se mantém até hoje.

Na Universidade Católica de Milão, respirava-se um anticomunismo intransigente, mas sem fanatismos (com exceção de alguns professores mais radicais). Nas aulas de filosofia e de história se estudava Max e o marxismo, e de marxismo e de política se falava nos corredores. A presença e influência ideológica do comunismo eram tão fortes naqueles anos do pós-concílio e da contestação juvenil que seria impossível ignorá-los.

Foi nesse contexto que começou a longa marcha, minha e de outros amigos, de aproximação ao comunismo. Foi um movimento de aproximação recíproco: o Partido Comunista começava a esboçar a ideia do “eurocomunismo”, sempre mais distante e diferente do comunismo de Moscou⁹, e setores mais progressistas da Igreja pós-conciliar a sair do seu anticomunismo intransigente. Mais tarde irá aparecer também a estratégia de Enrico Berlinguer de aproximação entre PCI e DC, chamada de “*compromesso*”

⁸ As gerações mais antigas no Brasil devem se lembrar dos filmes de Peppone e Don Camillo que representavam esta contraposição entre catolicismo (o padre) e o comunismo (o prefeito).

⁹ É famoso o discurso que o então Secretário do PCI, Enrico Berlinguer, pronunciou na União Soviética em 1977 no 60º aniversário da Revolução bolchevique, no qual afirmou que a democracia era um valor universal: “La democrazia è oggi non soltanto il terreno sul quale l’avversario di classe è costretto a retrocedere, ma è anche il valore storicamente universale sul quale fondare un’originale società socialista”.

storico”, que custou a vida a Aldo Moro, (o principal estrategista do lado da Democracia Cristã desta opção política) sequestrado e morto pelas brigadas vermelhas em 1978.

O compromisso ético da nossa comunidade cristã de base não poderia não resultar também em um compromisso político. Estávamos conscientes de que não era suficiente uma mudança individual ou coletiva como grupo, sem mudar as estruturas sociais profundamente injustas de uma sociedade capitalista sempre mais anticristã. Nasceu assim um compromisso sempre maior com a política, inicialmente em um sentido amplo e depois em um sentido mais preciso de política partidária.

Já desde o começo dos anos setenta, a comunidade cristã da minha paróquia havia entrado em “dissenso” com a Igreja tradicional. Não era tanto um dissenso teológico ou dogmático — embora praticássemos uma exegese bíblica mais inovadora e uma liturgia mais participativa —, mas sobretudo político. As associações dos jovens da paróquia forneciam tradicionalmente votos e quadros à Democracia Cristã (DC), o partido da Igreja; nós decidimos romper essa tradição, participar do movimento *Cristãos para o Socialismo* e votar Partido Comunista (PCI). Quando em 1974/75 alguns jovens da nossa comunidade se apresentaram como independentes nas listas do PCI e foram eleitos vereadores, a hierarquia decidiu que era ora de intervir.

Foi a gota d’água! O monsenhor da nossa cidade nos denunciou ao cardeal, que suspendeu *a divinis* o nosso padre, que foi proibido de celebrar os sacramentos; e centenas de fiéis, sobretudo jovens, deixaram a paróquia. Foi um escândalo que abalou as famílias, a Igreja, o mundo político que pela primeira vez perturbava a tranquila cidade provinciana de Busto Arsizio, que até hoje continua mantendo o seu conformismo e conservadorismo político e social (hoje, no dia em que escrevo, pela enésima vez a direita ganhou as eleições municipais).

O catolicismo sociológico estava começando a mudar e estava chegando o tempo da secularização.

Teoria e prática: o encontro com a América Latina.

Sempre tentei conciliar a teoria com a prática, isso se deve aos ensinamentos que recebi na minha juventude por duas instituições bem diferentes e determinantes na minha formação. A primeira e mais importante, a Igreja Católica que prezava para uma coerência entre a pregação e a prática: “Não quem diz senhor, senhor entrará no Reino de Deus, mas quem faz a vontade do Pai” (*Mt. 7, 21*). “Se alguém afirmar: “Eu amo a Deus”, mas odiar seu irmão, é mentiroso, pois quem não ama seu irmão, a quem vê, não pode amar a Deus, a quem não vê” (*1 João, 4:20*). Portanto a ideia da Fraternidade exige compromisso.

O outro impulso me foi dado pela famosa frase de Marx nas *Teses sobre Feuerbach*: “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo, mas o que interessa é transformá-lo”. Por isso, não aceitei a proposta do meu professor para ficar trabalhando como assistente na Universidade, porque queria transformar o mundo e deixei a família, as amizades, e a minha pátria de origem para ir à América Latina. E fiz isso de certa forma contra a minha natureza que é mais teórica do que prática, mais contemplativa do que ativa: dois talentos diferentes (segundo Aristóteles, que aqui como em outros assuntos contraria o mestre Platão e não concorda com a teoria dos reis-filósofos). Não demorei muito, porém, a me dar conta de que, para transformar o mundo era preciso interpretá-lo. E os antigos gregos sabiam muito bem disso: “Decifra-me ou te devorarei” diz a Esfinge a Édipo. Por isso voltei a estudar.

O meu primeiro contato com o Brasil se deu por meio do livro do Frei Betto: *Dai sotterranei della storia*, as cartas da prisão que foram publicadas em 1972, antes em italiano e, só depois da ditadura, em português. Essas e outras leituras alimentaram meus

propósitos (hoje diria, ideia fixa!) de deixar esse mundo “pequeno burguês” italiano e ir como voluntário para América Latina, onde achava que poderia ser mais útil ao próximo.

Não foi uma opção fácil, porque em 1975, uma tragédia abalou a nossa família para sempre: minha mãe faleceu aos 49 anos, deixando meu pai, eu e meus dois irmãos. Minha obrigação como irmão maior teria sido de cuidar da família; com certeza teria tido uma vida mais tranquila, mas de profunda frustração.

Fui obrigado a fazer o serviço militar (outra instituição total) e, depois disso, fiz em Verona o curso de formação promovido pela ONG *Movimento Laici America Latina* (MLAL) para os padres, as freiras e os leigos que iam como missionários para a América Latina. Lá se estudava a língua, a história, a cultura e a teologia da libertação latino-americana e foi onde conheci e me apaixonei por Inez, que lá ensinava português.

Parti para o Peru, onde fiquei por mais de dois anos trabalhando em uma paróquia no altiplano andino (a 4.000 metros de altura) entre as populações quéchuas e aymará, perto do lago Titicaca: uma realidade fascinante, mas muito difícil. Então, junto com Inez, que me havia alcançado no Peru, decidimos vir morar e trabalhar no Brasil: em 1981 casamo-nos em São Paulo e nossa lua de mel foi procurar um lugar e um projeto para ficar. Foi assim que chegamos à Paraíba e assinamos um contrato de trabalho com Dom Marcelo Carvalheira, para atuar na pastoral social da Diocese de Guarabira.

O Brejo paraibano: a teologia da libertação e a educação popular

Permanecemos assim por oito anos, de 1981 e 1989, trabalhando no Serviço de Educação Popular (SEDUP) coordenado pela irmã Maria Valéria Rezende¹⁰, que contava com a participação de muitos outros agentes de pastoral brasileiros e estrangeiros: Inez organizando as mulheres (*Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo*-MMT), e eu os movimentos de trabalhadores rurais e do sindicato dos pequenos produtores e dos canavieiros (*Central Única dos Trabalhadores* – CUT). Foi lá que conhecemos a líder sindical de Alagoa Grande Margarida Maria Alves, com quem trabalhamos, e cujo brutal assassinato, ocorrido em 12 de agosto de 1983 pelos usineiros do Grupo da Várzea¹¹, muito nos impactou.

O Brasil estava sob a ditadura militar (que terminou em 1985), ainda que em um período de abertura e de democratização, as lutas populares, as greves dos canavieiros e as ocupações de terra dos posseiros encontraram muita resistência. Elas significavam idealmente a retomada, depois de 20 anos, das lutas das Ligas Camponesas dos anos 60, brutalmente reprimidas pelo regime militar e pelos fazendeiros e senhores de engenho¹². Nesse contexto, a atuação da Igreja Católica foi determinante para a promoção dos direitos humanos dos trabalhadores e das trabalhadoras do Brejo e para permitir uma melhor distribuição das terras e uma maior difusão dos direitos trabalhistas.

A opção pelos pobres era o aspecto principal da nova teologia que estava se espalhando em toda a América Latina: a Teologia da Libertação (TL), que nasceu após o Concílio Vaticano II e que manteve continuidades com a doutrina social da Igreja

¹⁰ Que se tornou posteriormente uma das escritoras brasileiras mais reconhecidas da atualidade, ganhadora do prêmio Jabuti.

¹¹ Ver: Luanna Louyse Martins Rodrigues. *Terra que brotas Margaridas e encerra vidas: judicialização da questão agrária e violência no campo paraibano*. Tese de doutorado em Geografia, UFPB, 2018, p. 442.

¹² Emblemática de todo esse período é a vida e a atuação de Elizabeth Teixeira, viúva do líder das Ligas Camponesas João Pedro Teixeira. Atualmente com 95 anos, a paraibana é uma das lideranças camponesas mais importantes da história brasileira, cuja trajetória foi ilustrada pelo extraordinário documentário de Eduardo Coutinho “Cabra marcado para morrer”.

Católica, mas introduziu também elementos de ruptura¹³. A TL aceitou o desafio de pregar uma religião cristã que não fosse nem apolítica nem contra a política, mas que elaborasse uma maneira diferente de fazer política, inspirada nos princípios do cristianismo como serviço fraterno ao próximo, mas também como combate às injustiças estruturais da sociedade¹⁴.

Essa opção pelos pobres e pela teologia da libertação se associava quase que espontaneamente ao pensamento de Paulo Freire, e do seu livro fundamental *A pedagogia do oprimido*. A educação popular praticada pelo SEDUP não era somente um método de alfabetização, mas uma ferramenta de conscientização dos trabalhadores, dos canavieiros, dos posseiros, das mulheres, das crianças das periferias, das lavadeiras, das empregadas domésticas, dos grupos de jovens, que o SEDUP praticava de forma original e criativa por meio de cartilhas, panfletos, programas de rádio, procurando colocar em prática o princípio “basista” de tornar os trabalhadores protagonistas de sua própria libertação e história¹⁵.

Os salários eram baixos, não havia horário de trabalho nem descanso semanal, os perigos eram constantes, as viagens pelos 24 municípios do Brejo extenuantes, as reuniões cansativas, a nossa casa cheia de gente, não havia separação entre público e privado, a militância ocupava quase todo o nosso tempo; mas o sentimento de pertença a um projeto maior de transformação social dava sentido às nossas vidas. Como sempre digo a Inez e às filhas Jussara e Irene, foram os melhores anos das nossas vidas!

A Universidade Federal da Paraíba

Nesse contexto, continuei minha formação no mestrado de Sociologia Rural de Campina Grande, porque achava que a sociologia seria mais útil do que a filosofia para a transformação social. Em 1987, defendi a dissertação sobre as lutas sociais no Brejo paraibano (o professor Mauro Koury estava na banca!)¹⁶, e em 1989 fiz concurso para professor de Sociologia na UFPB campus de Campina Grande e de Filosofia na UFPB campus de João Pessoa. Passei nos dois, mas foi João Pessoa que me chamou primeiro. Voltei assim para a Filosofia, depois de 10 anos dedicados à militância integral.

Entre em um Departamento que havia sido fundado pelos padres católicos, ou expadres, ou seminaristas, que tiveram a mesma formação que eu tive. Alguns deles, como o prof. Rui Dantas, haviam estudado nas universidades pontifícias, como a Gregoriana de Roma, na época em que as aulas e os exames eram em latim; mas não havia propriamente doutores, só o prof. Roberto Markenson, que chegou a orientar 18 alunos. Hoje todos os mais de 20 professores possuem doutorado e pós-doutorado conseguido em universidades brasileiras e estrangeiras.

Inicialmente, fui dar aula de filosofia medieval, pelos meus estudos no seminário, mas durante muito tempo fui encarregado de ministrar as disciplinas mais variadas,

¹³ Tiveram grande importância na difusão da TL latino-americana as Conferências Episcopais de Medellín na Colômbia (1968) e Puebla no México (1979). Entre as figuras de maior relevância dessa época estavam o teólogo peruano Gustavo Gutierrez (que conheci no Peru), o teólogo brasileiro Leonardo Boff, o filósofo argentino Enrique Dussel e no Nordeste os bispos Dom Hélder Câmara em Pernambuco e dom José Maria Pires, na Paraíba, que tiveram um papel importante na luta contra a ditadura.

¹⁴ Ver: TOSI, G. *Religião e Política: três possíveis relações*. *Religare*, v.15, n.2, dezembro de 2018, p.382-421.

¹⁵ Sobre esse período ver o belo livro de Orlandil de Lima Moreira: *Educação popular na Paraíba*. Memória e História do SEDUP. Curitiba: CRV, 2021.

¹⁶ TOSI, G. *Terra e salário para quem nela trabalha: um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo paraibano*. Dissertação de Mestrado e Sociologia Rural. UFPB, Campina Grande, 1988.

inclusive aquelas de introdução à filosofia para outros cursos, embora meu interesse principal fosse a filosofia política e a filosofia dos direitos humanos.

Comecei a me interessar pelos direitos humanos na UFPB em 1991, quando entrei em contato com a Comissão de Direitos Humanos (CDH), a primeira das Universidades Federais do Brasil, fundada em 1989 pelo prof. Rubens Pinto Lyra: me engajei nela e nunca mais saí desse grupo.

O doutorado em Pádua

O Departamento estava começando um programa de qualificação incentivado pela CAPES e eu tive o privilégio de obter uma bolsa de estudo de três anos para cursar o doutorado na Itália, em Pádua (1995-1999), com o prof. Enrico Berti, um dos maiores estudiosos de Aristóteles. Lá também conheci outros professores e frequentei suas aulas, como Gregorio Piaia, historiador da filosofia medieval, Giuseppe Duso, estudioso da filosofia política moderna, Merio Scattola estudioso da filosofia política alemã da primeira Idade Moderna, e tantos outros professores e estudantes com os quais tive o privilégio de conviver em um ambiente de debate de ideias aberto e muito estimulante em uma das instituições mais prestigiosas e antigas do mundo (fundada em 1225).

Sempre repito que tenho uma dívida enorme com o Departamento de Filosofia, com a UFPB e com os povos paraibano e brasileiro, que me receberam de braços abertos e me permitiram continuar meus estudos na Itália: se os paraibanos que vão para a Itália fossem acolhidos assim como os italianos que chegam à Paraíba, o mundo seria bem melhor!

No doutorado queria desenvolver um tema que tivesse a ver com a minha militância e com a América Latina, e o prof. Berti me sugeriu estudar a *Escuela de Salamanca* e especialmente Francisco de Vitoria, o que me parecia algo muito distante. Mas descobri um mundo desconhecido: a controvérsia sobre a conquista da América, que foi objeto da minha tese de doutorado. Consegui publicar uma parte da tese em italiano pelos editores dominicanos de Bologna¹⁷, e só agora, em 2021, após 20 anos, publiquei uma versão ampliada, atualizada e reformulada da tese¹⁸.

Quando voltei ao Brasil encaminhei para o padre Henrique Cláudio de Lima Vaz, um dos maiores filósofos brasileiros, uma cópia da tese por intermédio do meu amigo e colega de doutorado Fernando Rey Puente, que havia conhecido em Pádua. O padre jesuíta me respondeu educadamente que se considerava incompetente para avaliar uma tese de história tão erudita. A mensagem era clara: pouca filosofia e muita história! Decidi então incrementar o conteúdo filosófico do texto, e fazer uma história das ideias, apresentar para o Brasil um debate relevante, mais conhecido na Península Ibérica e na América de língua espanhola. Por isso desenvolvi mais o debate interpretativo e espero ter conseguido apresentar a complexidade, a riqueza e a relevância desse debate tão crucial para a história e a atualidade da América Latina e do mundo. Considero-o meu *opus maius*, porque dificilmente terei tempo e fôlego para escrever algo parecido.

Filosofia e direitos humanos

Voltando do doutorado, atuei nas duas áreas: a filosofia (sobretudo política) e os direitos humanos. Assumi vários encargos de gestão no Departamento, nas Coordenações

¹⁷ Ver: TOSI, G. *La teoria della schiavitù naturale nel dibattito sul Nuovo Mondo (1510-1513). Veri domini o servi a natura?* Bologna, Edizioni Studio Domenicano, 2002.

¹⁸ TOSI, G. *Aristóteles e o Novo Mundo. A controvérsia sobre a conquista da América (1510-1573)*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

do Mestrado e do Doutorado Interinstitucional de Filosofia, e como professor da graduação e da pós-graduação. Coordenei vários cursos de especialização em direitos humanos, e em 2007, fundei, junto com os colegas da CDH, o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, que em 2012 conseguiu a autorização da CAPES para criar um mestrado interdisciplinar em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, reunindo professores de vários Centros, que coordenei por alguns anos e do qual fui professor até a aposentadoria em março de 2021.

Durante esses anos, realizamos 10 Seminários Internacionais e publicamos várias obras coletivas, sobretudo durante os governos Lula e Dilma, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a SECADI do MEC, e a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça¹⁹.

Em 2005 e 2006, tive a oportunidade de cursar o pós-doutorado na Universidade de Florença, sob a orientação do prof. Danilo Zolo, que havia conhecido no doutorado e que durante 10 anos foi nosso parceiro e amigo. Com ele e com os seus colaboradores realizamos um projeto ALFA de cooperação entre universidades, coordenado por Florença (prof. Emílio Santoro) e financiado pela União Europeia, que permitiu a concessão de bolsas de intercâmbio entre alunos e professores, a realização de seminários internacionais e publicações conjuntas. A colaboração com o prof. Zolo, um dos maiores filósofos italianos da política e do direito, foi determinante para a minha formação. Com ele e os seus colaboradores realizamos vários projetos, aulas, seminários, publicações. Junto com a professora Maria Luiza Alencar Feitosa publicamos um livro com a tradução de alguns ensaios de Zolo e uma longa entrevista biográfica, que ele depois traduziu e publicou na Itália²⁰.

Fruto do pós-doutorado (e da influência de Zolo) foi a publicação, pela prestigiosa editora Laterza de Roma, do tratado de Bartolomé de Las Casas *De Regia Potestate*, com tradução do latim para o italiano, introdução e notas ao texto: minha obra mais erudita²¹.

Em 2009, organizei com os colegas do NCDH o seminário comemorativo dos 100 anos de nascimento de Norberto Bobbio: com a presença de estudiosos italianos (entre eles Danilo Zolo, Luca Baccelli, Alberto Filippi, Pier Paolo Portinaro), portugueses (Acílio Estanqueiro Rocha) e brasileiros (Celso Lafer e Paulo Vannuchi). Deste seminário saíram os quatro volumes sobre Bobbio: dois volumes impressos e dois em e-book, que estão disponíveis no site do NCDH²².

¹⁹ Obras que podem ser consultadas no site do NCDH: www.cchla.ufpb.br/ncdh.

Entre elas, assinalo: TOSI, G (org.). *Direitos Humanos: história, teoria e prática*. João Pessoa: Editora da UFPPB, 2004. Ver também: TOSI, Giuseppe - FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré T. (orgs). *40 anos da Lei de Anistia no Brasil. Lições de Tempos de Luta e de Resistências. Homenagem a Lelio Basso e Linda Bimbi*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, 660 p.

²⁰ ZOLO, Danilo. *Rumo ao acaso global. Os direitos humanos, o medo e a guerra*. Organizado por ALENCAR, M. Luiza - TOSI, Giuseppe. São Paulo: Conceito, 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2016/04/RumoAoOcaso.pdf>

O professor Zolo faleceu em 2018 e a revista *Jura Gentium*, por ele fundada em 2002, dedicou à sua memória e obra um excelente número, intitulado *In Mare aperto. Pensare il diritto e la politica con Danilo Zolo*, que pode ser acessado em: <https://www.juragentium.org/about/archive20211.html>

²¹ Bartolomé de Las Casas. *De Regia Potestate*. Edizione bilingue, a cura di Giuseppe Tosi. Prefazione di Danilo Zolo. Roma: Laterza, 2007.

²² TOSI, Giuseppe (org.). *Norberto Bobbio: Democracia, Direitos Humanos, Guerra e Paz*. Vol. I e II. João Pessoa: Editora UFPPB, 2013. TOSI, Giuseppe (org.) *Norberto Bobbio. Democracia, Direitos Humanos e Relações Internacionais*. João Pessoa: Editora UPFB, 2013. Disponíveis em: http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/?page_id=1171

Em 2012, fiz um outro pós-doutorado na Universidade de Camerino com o prof. Luca Baccelli e deste estágio resultou o livrinho das *10 lições sobre Bobbio*, pela Editora Vozes, a convite do professor Flamarion Tavares de Lima²³.

De volta do pós-doutorado, por iniciativa do prof. Alberto Filippi, da Universidade de Camerino, o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB, em parceria com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, elaborou um projeto de pesquisa com a Fondazione Basso de Roma para digitalizar e publicar os documentos dos arquivos relativos ao Tribunal Russell II, um tribunal de opinião dos anos 70 sobre violações dos direitos humanos na América Latina²⁴.

Em 2016, registrei no Diretório do CNPq o Grupo de Pesquisa sobre Teoria e História dos Direitos Humanos e da Democracia, que já existia há vários anos e contava com a participação dos meus alunos, orientandos e de colegas, grupo que é o promotor deste livro coletivo.

Em 2018, fiz o concurso para professor titular com uma tese sobre *Democracia e Elitismo*. Em 2020, juntei a tese de titular com a dissertação de Rubens Guimarães, que havia orientado no mestrado sobre o mesmo tema, e publicamos o livro *Democracia & Elitismo dos Antigos e dos Modernos. Ensaio*²⁵.

E hoje comemoro os meus 70 anos recebendo como homenagem o presente livro coletivo, sobre *Teoria e História dos Direitos Humanos e da Democracia* com contribuições de colegas e de ex-alunos, muitos dos quais são hoje professores.

Olhando para trás

Esta efeméride me oferece a oportunidade para tecer algumas reflexões e tentar um balanço (espero provisório!).

Olhando atrás, observo que comecei a publicar tarde, somente aos 48 anos de idade, depois do doutorado. Estava convencido (e ainda estou) de não ter nada de novo ou de relevante a dizer, uma vez que em filosofia tudo (e o contrário de tudo) já foi dito e de maneira muito mais profunda e abrangente do que eu poderia dizer.

O motivo circunstancial para começar a publicar foram as exigências da CAPES para atuar na pós-graduação, ou seja, as exigências do trabalho docente: toda minha produção é didática ou vinculada à didática e encontra a sua razão de ser no ensino, na orientação, na pesquisa, na extensão.

O outro motivo foi a demanda social provocada pelo processo brasileiro de transição da ditadura para a democracia, cheio de falhas e em permanente construção nos quatro eixos fundamentais: justiça, reparação, memória e verdade, e reforma das instituições²⁶. Essa transição sempre inconclusa exigia do sistema escolar um grande esforço interdisciplinar de ensino, pesquisa, extensão e formação para consolidar os

²³ TOSI, Giuseppe. *10 lições sobre Bobbio*. Petrópolis: Vozes, 2016.

²⁴ Os 4 volumes das sessões do tribunal traduzidos em português publicados em 2014, podem ser encontrados no site do NCDH: www.cchla.ufpb.br/ncdh

²⁵ TOSI, Giuseppe – GUIMARÃES, Rubens. *Democracia & Elitismo, dos antigos e dos modernos*. Ensaio. Curitiba: CRV, 2020.

Todos os artigos e livros que publiquei nesses últimos 20 anos estão disponíveis no site:

https://ufpb.academia.edu/GIUSEPPETOSI?from_navbar=true - E no site: <http://giuseppetosi.com.br/>

²⁶ TOSI, G. et alii (orgs). *Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. 348p. (Coleção Direitos Humanos).

direitos humanos e o Estado democrático de direito com um tema transversal desde o ensino fundamental até o ensino superior²⁷.

Nesses 20 anos, mais organizei do que escrevi livros autorais. A grande maioria dos livros coletivos que fazem parte da “Coleção Direitos Humanos”²⁸ são frutos dos seminários internacionais, dos cursos de especialização e de mestrado, e registram e divulgam as pesquisas dos professores e alunos que deles participaram. Sinto-me muito orgulhoso de ter contribuído com esse trabalho coletivo que ajudou a consolidar a área dos DHs na graduação e na pós-graduação no Ensino Superior, na CAPES e no CNPq, e que fez da UFPB um ponto de referência nacional e internacional na área.

O golpe contra a democracia que se deu a partir do impeachment da presidenta Dilma, a posse de Temer, a prisão de Lula e a ascensão do Bolsonaro (e do bolsonarismo) mostrou como a nossa democracia é ainda muito frágil e precária, sujeita a retrocessos brutais, e como é necessário e urgente o trabalho de educação em e para os direitos humanos.

Temas e áreas de pesquisa

Minhas áreas de pesquisa estão quase que inteiramente dedicadas à “teoria e à história conceitual dos DHs e da democracia”, por meio de uma abordagem de filosofia política. A tese central é que os DHs são modernos, mas encontram suas raízes teológicas na Idade Média e na Antiguidade. Por isso a relevância do debate ou controvérsia sobre a conquista da América, que constitui um momento crucial de transição entre o direito objetivo antigo e os direitos subjetivos modernos²⁹. Em seguida acompanho esse percurso na modernidade, utilizando a chave de leitura (bobbiana) das gerações de direitos.

Os Direitos Humanos são frutos de um longo processo histórico de lutas, revoluções, guerras, conflitos que convenceram a humanidade (ou uma parte dela) a adotá-los como padrão civilizatório. Os DHs não são (ou não deveriam ser) de direita ou de esquerda, eles reúnem o que há de melhor na história (pelo menos do Ocidente): a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

A liberdade civil e política é a herança do liberalismo político deixada pelas revoluções burguesas contra o absolutismo monárquico e o sistema econômico feudal; a igualdade social e econômica é a herança das revoluções socialistas contra a exploração capitalista; e a fraternidade é a herança do cristianismo social, que ensina que todo ser humano é criado à imagem e semelhança de Deus e que em todos há uma centelha divina, o que lhes confere uma dignidade própria³⁰.

O magistério do Papa Francisco, nesse sentido, retoma os temas centrais da Doutrina Social da Igreja Católica, renovada pela Teologia da Libertação e em particular

²⁷ Ver: TOSI, G. – GUERRA, Lúcia de Fátima – ZENAIDE, Maria de Nazaré (org.). *A formação em Direitos Humanos na Educação Superior no Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas*. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

²⁸ A coleção, promovida pelo NCDH e pelo Programa de Pós-Graduação em DHs (PPGDH) e publicada pela editora da UFPB com apoio de recursos federais, se encontra disponível no site do NCDH: www.cchla.ufpb.br/ncdh. São mais de 50 volumes nas áreas de “Cultura e Educação em DHs”, “História, Memória e Verdade”, “Teoria e História dos DHs e da Democracia”, “Segurança Pública e DHs”, “DHs das crianças e dos adolescentes”, “Territórios, Etnicidade e DHs”, resultado de um trabalho coletivo. Nesse site estão também registrados os anais de alguns dos 10 Seminários Internacionais de DHs da UFPB.

²⁹ TOSI, G. *O Debate Sobre a Gênese e a Validade dos Direitos Naturais Subjetivos: Michel Villey E Brian Tierney* - Revista Portuguesa de Filosofia - Escola Ibérica da Paz: Direito Natural e Dignidade Humana - 2019, Vol. 75 (2): 1067-1102.

³⁰ Ver BEDIN, G – TOSI, G. *Direitos Humanos: uma Conquista Civilizatória*. Revista Direitos Humanos E Democracia, Unijui, Ano 6 N. 12, Jul.-Dez. 2018, P. 297-301.

o tema da Fraternidade, não somente como categoria ética e religiosa, mas também como categoria política tendencialmente universal³¹.

Os Direitos Humanos seriam, assim, uma secularização do cristianismo, ou seja, uma tradução, em termos laicos e racionalistas, dos princípios da antropologia teológica cristã, como também de outras religiões do mundo inteiro.

De forma indissolúvelmente ligada aos DHs, trabalho os temas conexos à democracia nas suas várias formas (elitista, representativa, participativa, plebiscitária), à crítica ao conceito de revolução em Burke, Löwith e Arendt³², ao debate sobre a guerra e a paz em Bobbio e Carl Schmitt³³, à relação entre democracia, liberalismo e socialismo em Bobbio³⁴, ao cosmopolitismo kantiano e neokantiano de Bobbio e Habermas e às críticas de Danilo Zolo a partir do realismo político³⁵.

São todos temas que circulam ao redor da definição mais abrangente do que seja o Estado Democrático de Direito, que vive uma tensão permanente entre a democracia como vontade da maioria e os direitos como garantias individuais: acentuando o primeiro aspecto, pode-se cair numa ditadura/tiranía da maioria ou em um totalitarismo; acentuando o segundo, em uma democracia elitista, para poucos. A tentativa é promover um diálogo entre duas tradições historicamente opostas, mas que podem se encontrar (na perspectiva de Bobbio): o liberalismo político e social (que é radicalmente diferente do liberalismo econômico) e o socialismo liberal e democrático (que é radicalmente diferente do socialismo revolucionário).

Autores

Os autores estudados, na perspectiva de uma história conceitual dos direitos humanos, são os jusnaturalistas modernos — como Hobbes, Locke, Rousseau e Kant — e os historicistas — a partir de Hegel e sobretudo de Marx e dos marxistas — até chegar ao debate contemporâneo a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e dos processos de universalização, multiplicação, especificação e positivação dos direitos.

Trata-se de uma perspectiva “evolutiva”, porque procura mostrar que houve na Modernidade, apesar de tudo, um processo de “afirmação histórica dos direitos humanos”³⁶. Afirmar, porém, que esse processo significou, nos termos kantianos, um “progresso moral da humanidade”³⁷, seria um escárnio se pensarmos nos retrocessos, nas

³¹ Ver: TOSI, G. Cristianismo Social. A Fraternidade Como Categoria (Cosmo)Política. *Nuova Umanità*, XXXII, (2010) p. 525-547. Ver: Papa Francisco: *Fratelli Tutti. Sobre a Fraternidade e a Amizade Social*. Vaticano: 2020. Disponível Em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html

³² TOSI, G. *De Revolutionibus Orbis Terrestris*. Publicado In Tosi, G. - Aliaga, L.- Freire, R. Centenário Da Revolução Russa. Balanços E Reflexões. João Pessoa: Editora Da Ufpb, 2019, P. 9-30. Ver Também: Tosi, G. - Hannah Arendt e a Revolução: *Novus Ordo Saeculorum* - 2019, *Problemata*: R. Intern. Fil. V. 10. N. 1 (2019), P. 125-142.

³³ TOSI, G. - *Guerra e Paz nas Relações Internacionais Segundo Norberto Bobbio (e Carl Schmitt)*. - Salatini, R. - Barreira, C.M. Democracia e Direitos Humanos no Pensamento de Norberto Bobbio. Marília: Unesp, 2018.

³⁴ TOSI, G. *Democracia, Liberalismo e Socialismo em Norberto Bobbio. Uma resposta a Vitullo e Scavo*. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos - R I D H Bauru, v. 5, n. 2, p. 51-78, jul./dez., 2017 (9).

³⁵ *Realismo e Cosmopolitismo nas Relações Internacionais*. In: SANTORO, E. – ZENAIDE, M. N. T. – Batista, G. B. De M. – TONEGUTTI, R. G. *Direitos Humanos em uma Época de Insegurança*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010, Pp. 39-58.

³⁶ COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2003.

³⁷ Ver BOBBIO, N. *Kant e a Revolução Francesa*. In: IDEM. *A era dos direitos*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho, apresentação de Celso Lafer. Rio de Janeiro, Campus-Elsevier, 2004, p.131-142.

contradições, nas tragédias do século XX, talvez o pior século da história humana. Por isso, a perspectiva tem que ser necessariamente realista e crítica, evitando de confundir uma história meramente conceitual (as declarações e os tratados) com uma história social dos acontecimentos (“as duras réplicas da realidade” segundo Bobbio)³⁸.

Entre os autores de referência, destacaria pelo menos três: para a Antiguidade, Aristóteles, ou melhor, o pensamento político de **Aristóteles**, que foi utilizado no debate sobre a conquista da América tanto para justificar a escravidão dos indígenas (Sepúlveda) quanto para defender a sua humanidade e racionalidade (Vitória e Soto).

Para o início da Modernidade, **Bartolomé de Las Casas**, cujos 14 volumes das suas *Obras Completas*, publicadas pela Alianza de Madrid, eu possuo, mas conheço somente em pequena parte. Trata-se de um pensador ainda desconhecido na sua integralidade, mais famoso do que lido e que considero o primeiro filósofo da libertação latino-americana e um dos fundadores do pensamento moderno³⁹.

Sobre a importância de Las Casas, cito as palavras do ítalo-latino-americano Alberto Filippi, grande conhecedor da obra do dominicano espanhol:

Contrariamente a lo pretendido por la tradición etnocéntrica europea, una de las grandes innovaciones teórico-políticas de lo que luego se llamó la “Declaración de los Derechos del Hombre” ocurrió en la América Hispana, gracias, entre otros, a las concepciones de Bartolomé De Las Casas afirmadas contra Ginés de Sepúlveda al sostener que siendo los “yndios” sujetos humanos libres eran, por lo mismo, sujetos de derechos humanos entendidos como derechos universales “comunes de todas las gentes⁴⁰”.

A obra de Las Casas é um dos pontos mais altos da “descoberta que o *eu* faz do *outro*”, ponto que raramente foi alcançado na consciência moderna a ele posterior. Com efeito, a teoria, que Las Casas tanto combateu, da superioridade de uma civilização sobre as outras se consolidará nos séculos seguintes por meio das várias formas de eurocentrismo alimentadas pelas ideologias da religião, do progresso, do racismo, do colonialismo e do (sub)desenvolvimento, que acompanham o longo processo por meio do qual a história da Europa se torna História do Mundo.

Para a contemporaneidade, o autor de referência é **Norberto Bobbio**, o filósofo da política, dos direitos humanos e da democracia, um autor sempre mais presente no Brasil e na América Latina. Comecei a apreciar Bobbio no Brasil, porque na Itália dos anos 70 e 80, para a nossa geração de católicos de esquerda, Bobbio era por demais “moderado”! Na América Latina, a sua figura intelectual não para de crescer: é o autor italiano mais traduzido e comentado (junto com Gramsci). Trata-se de uma influência não meramente episódica ou esporádica, mas que está se tornando capilar a tal ponto que pode se falar de uma “presença do pensamento de Bobbio na cultura latino-americana” como afirmam Alberto Filippi e Celso Lafer⁴¹.

³⁸ TRINDADE, José Damião de Lima. *História Social dos Direitos Humanos*. São Paulo: Peirópolis, 2002.

³⁹ Tosi, G. “Bartolomé de Las Casas: Primeiro Filósofo da Libertação Latino-Americano”. In *Vozes Silenciadas. Ensaios de Ética e Filosofia Política*. Aos cuidados de Cecília Pires. Ijuí-Rio Grande do Sul, 2003.

⁴⁰ Ver: FILIPPI, Alberto. *Constituciones, dictaduras y democracias*. Los derechos y su configuración política. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Infojus: 2015

⁴¹ Ver: FILIPPI, Alberto e LAFER, Celso. *A presença de Bobbio. América espanhola, Brasil, Península Ibérica*. São Paulo: UNESP, 2005.

Bobbio não é lido somente na academia, é também uma referência para os militantes dos direitos humanos, dentro e fora dos muros das universidades: o seu *A era dos direitos* foi reeditado dezenas de vezes e se tornou um verdadeiro vade-mécum para todos aqueles que querem se aproximar da teoria e da prática dos direitos humanos⁴². A recepção de Bobbio acontece em ambientes de diferentes matrizes ideológicas: Bobbio continua sendo um interlocutor privilegiado tanto para os liberais (relembrando a necessidade de conciliar a liberdade com a igualdade e criticando os excessos do neoliberalismo de mercado), como para os marxistas (relembrando que sem liberdade não poderá haver socialismo e criticando os perigos totalitários).

Tratando-se de textos didáticos, tomei cuidado com a clareza e inteligibilidade da escrita (que é uma das lições de Bobbio e de Berti meu orientador em Pádua): espero ter conseguido esse propósito sem descuidar da profundidade e complexidade das questões enfrentadas. A abrangência dos autores e das correntes de pensamento por mim abordadas ao longo desse percurso é pequena e modesta: tentei evitar as modas acadêmicas que periodicamente assolam a cultura brasileira. Mas reconheço que acabei descuidando de toda uma produção mais contemporânea, de novos autores e novas questões mais complexas e perturbadoras (por mera preguiça intelectual, “culposa”, diria Kant).

Um outro limite que reconheço é que, apesar de viver há mais de quarenta anos no Brasil, meus referenciais teóricos continuam sendo quase todos europeus e eurocêntricos. Para minha desculpa posso alegar que todos os meus esforços intelectuais sempre foram direcionados a utilizar a conceitualidade europeia para entender o enigma da democracia brasileira, essa esfinge que nos está devorando. Para responder a essa questão crucial: por quê, no Brasil (e na América Latina), a democracia e os direitos humanos, que (aparentemente?) estavam se consolidando em um processo de transição da ditadura para a democracia, com falhas, mas com conquistas civilizatórias que pareciam irreversíveis, sofreram um revés e um retrocesso brutal e trágico como o que estamos vendo sob o governo Bolsonaro? E como sair desse impasse?⁴³

Agradecimentos

Os ensaios presentes neste livro coletivo nos ajudam a responder a essa questão. Eles abordam, sob diferentes perspectivas teóricas, temas ligados à nossa conjuntura: os direitos humanos e a democracia, a dignidade humana, os vários tipos de liberais, a violência e a questão da segurança pública na perspectiva do humanismo penal, o direito internacional dos direitos humanos e a geopolítica mundial, a questão ecológica, os direitos sociais e a renda mínima, o papel da Igreja Católica na luta contra a ditadura. São textos brilhantes, escritos com muito mais abrangência e competência do que o autor homenageado.

Não há homenagem maior para um professor ver que os seus alunos superaram, e de muito, o mestre. Recebo esta homenagem como mais uma manifestação da generosidade da acolhida que só os brasileiros, e especialmente os nordestinos, sabem proporcionar aos que vêm de fora e que chegou ao ponto de me conceder, em 2018, a cidadania paraibana da qual muito me orgulho.

Meu agradecimento vai aos organizadores desse livro e a todos que colaboraram com este trabalho coletivo, e especialmente para Luciano Oliveira, pelo seu brilhante ensaio, pela revisão deste texto e pelas sugestões que o melhoraram, e para Alberto

⁴² BOBBIO, N. *A era dos direitos*. trad. de Carlos Nelson Coutinho, Apresentação de Celso Lafer. Rio De Janeiro: Campus-Elsevier, 2004.

⁴³ Ver: TOSI, G. *Democracia e direitos humanos: uma conquista civilizatória ameaçada no Brasil e no mundo*. RIDH | Bauru, v. 7, n. 1, p. 33-59, jan./jun., 2019.

Filippi, pelo prefácio generoso que me dedica: a perspectiva “nuestroamericana” que ele soube encarnar na sua vida acadêmica e pessoal com maestria e paixão é ainda um objetivo e um desafio que preciso enfrentar para sair do meu “eurocentrismo”.

Um agradecimento especial vai para os professores Cristiano Bonneau e Abah Andrade da UFPB pela editoração e publicação do livro, e a Eduardo Nóbrega pela revisão cuidadosa.

Finalmente, queria agradecer a todos os colegas, estudantes e funcionários do Departamento de Filosofia, dos Programas de Graduação e Pós-graduação em Filosofia, do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos e dos Programas de Pós-Graduação em Direitos Humanos e a todos os membros do grupo de pesquisa sobre Teoria e História dos Direitos Humanos e da Democracia. Tive a sorte e o privilégio de participar de um espaço acadêmico caracterizado pela convivência fraterna, pelo debate intelectual aberto, pelo espírito crítico, pelo compromisso social e pelo pluralismo ideológico, que são as contribuições mais relevantes que a universidade pode dar para promover a sua função social nesses tempos difíceis de obscurantismo, fundamentalismo e fanatismo.

Recebo esta homenagem não como algo feito à minha pessoa, mas a todo esse trabalho coletivo realizados por homens e mulheres “de boa vontade”.

Obrigado de coração a todos e todas. Abraços fraternos.

Busto Arsizio, Itália – 10 de dezembro de 2021.
Dia internacional dos direitos humanos.

Giuseppe Tosi

